

Usos suspeitos do texto literário

Suspicious Uses of the Literary Text

Diana Navas*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Valéria Ignácio*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

53

RESUMO: A escola é a principal formadora de leitores no Brasil e a forma como se dá o ensino de literatura e o uso do texto literário em salas de aula são determinantes para tornar profícua - ou não - a experiência de apropriação do literário. Este ensaio reflete sobre os procedimentos adotados no estímulo à leitura, o uso suspeito e a fragmentação dos textos literários nos materiais didáticos e a 'pedagogia do silêncio' como prática em que o conhecimento literário é apresentado sem diálogo e oportunidade para questionamentos. Para identificar essas inadequações e mostrar que a solução para o problema não está na simplificação do literário, toma-se como exemplos propostas de materiais didáticos, pesquisas de campo sobre a educação literária e o caso recente da publicação de uma adaptação de Machado de Assis com o objetivo de difundir e facilitar o texto do autor.

PALAVRAS-CHAVE: Educação literária. Manuais didáticos. Facilitação. Machado de Assis.

ABSTRACT: School is the main shaper of readers in Brazil and the way through which the teaching of literature happens and the use of literary text in classrooms are determinants to make prolific - or not - the experience of the literature appropriation. This essay reflects on the procedures used in the stimulation of reading, the suspected use and fragmentation of literary texts in teaching materials, and the 'teaching of silence' as a practice in which the literary knowledge is presented without dialog and opportunity for questioning. To identify

* Doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo.

* Mestranda em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

these inadequacies and show that the solution to the problem is not in the simplification of the literary, examples can be offered, such as proposals of teaching material, field research about literary education and the recent case of the publication of an adaptation of Machado de Assis with the objective of disseminating and facilitating the text of the author.

KEYWORDS: Literary education. Teaching manuals. Facilitation. Machado de Assis.

As estatísticas de leitura no Brasil mostram que a escola é a principal referência formadora de leitores no país e revelam, ao mesmo tempo, que essa prática diminui de forma dramática à medida que as pessoas perdem a mediação de instituições formais de educação. Se a escola, por princípio, é o espaço privilegiado para a iniciação e o estímulo aos estudos literários, cabe questionar em que circunstâncias se dá a apropriação do literário e as razões da interrupção do hábito da leitura após as experiências escolares.

A resposta a essas perguntas, dada a inexistência de dados específicos sobre os hábitos de leitura de professores brasileiros e a impossibilidade de se realizar, no âmbito deste estudo, uma pesquisa de campo orientada para este fim, estabelece um necessário recorte na reflexão pretendida. Toma-se, assim, como referência, a análise de alguns exemplos retirados de manuais didáticos e do caso específico de um recente projeto de difusão da leitura que tem a simplificação da obra de Machado de Assis como objeto.

Como ponto de partida, é essencial destacar que a literatura tem como pressuposto, desde a antiguidade, o desejo humano de dar significação à experiência, por meio da fabulação, situando-a no tempo e no espaço. Desde a apreensão das formas do mundo pelos sentidos e sua apropriação pela imaginação, segundo a reflexão de Aristóteles em *De anima*, a construção do conhecimento humano vale-se do registro poético na tentativa de nominar os limiares da experiência.

Forma de construção de sentidos e de busca de respostas, a literatura

constitui-se, necessariamente, instrumento de conhecimento e reflexão sobre a essência humana e a realidade. Representa, assim, condição para o estabelecimento da identidade do indivíduo no contexto das relações sociais e o consequente entendimento do mundo e das possibilidades de participação na vida política, cultural e econômica.

Ressalte-se que a leitura funcional a ser conquistada nos primeiros anos da escolarização é apenas a etapa inicial de um processo a ser aperfeiçoado no percurso da educação formal e para além dela. A fruição da leitura, a aquisição de competências reflexivas e críticas seriam as consequências naturais no desenvolvimento do indivíduo no contato com os múltiplos saberes que integram a proposta curricular, para, depois, integrar a vivência social. Nesse contexto, a literatura, tendo a palavra como forma de expressão, é uma disciplina que agrega, para muito além de técnicas linguísticas e possibilidades de formulação comunicativa, territórios sensoriais, emocionais e racionais inerentes ao sujeito e indissociáveis de uma atuação social autônoma.

O que se observa, entretanto, por meio de uma breve análise de alguns dos indicadores disponíveis sobre o desempenho escolar dos estudantes brasileiros é que apenas um em cada quatro deles com mais de 15 anos consegue ler e compreender plenamente um texto e o país ocupa o 58º lugar no ranking de leitura mundial. Para a discussão que aqui se pretende, é válido citar ainda uma das conclusões da Pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil 3*, organizada por Zoara Failla e publicada em 2012, que aponta o professor como o principal responsável pelo incentivo à leitura por 45% dos entrevistados.

Toma-se esse dado como fio condutor ao se indagar sobre o preparo dos docentes para formar e estimular estudantes na prática leitora, uma vez que se o próprio professor não conseguir estabelecer relações entre texto, significado e contexto histórico e, por consequência, não for um ‘bom’ leitor, sua tarefa de incentivar a leitura estará comprometida. É importante elencar,

em relação a este ponto, que a grande maioria dos professores, especialmente nas redes públicas de educação brasileiras, têm como remuneração mensal, por dedicação de 40 horas semanais, o piso salarial de R\$ 1.697,00 (valor vigente em maio/2014) e, muita vez, por isso, vê-se obrigada a ampliar o número de horas trabalhadas. Essa realidade impõe à categoria, de forma objetiva, uma dificuldade primeira na aquisição de livros e acesso a bens culturais, na frequência a cursos de formação continuada, atualização e aperfeiçoamento e também no preparo de conteúdos e estratégias para atuar em sala de aula.

O texto literário na escola

A pedagogia e a didática da leitura nas séries iniciais do ensino fundamental - exatamente quando se abre para a criança a possibilidade de se apropriar de um universo de fantasia e aventura, para além da informação e do conhecimento - encontram, diante do exposto, um mediador já desvalorizado no reconhecimento da importância do seu exercício profissional. É importante acrescentar que nem sempre ele traz para a sala de aula uma formação sólida, fruto da massificação do ensino e do histórico conservadorismo e autoritarismo imposto pelo regime militar brasileiro como estratégia para profissionalizar as camadas populares a qualquer custo diante do capitalismo emergente das décadas de 1960 e 1970. A formação universitária desses mesmos professores também merece avaliação, levando-se em conta que, salvo reduzidas exceções, os estudos literários em nível superior não privilegiam um equilíbrio entre a análise propriamente literária das obras e o contexto histórico de sua produção, como sugere o linguista e crítico literário Tzvetan Todorov, ao referir-se ao ensino universitário na França nos anos 1960, situação que pode ser estendida ao universo brasileiro.

A abordagem interna (estudo das relações dos elementos da obra entre si) devia completar a abordagem externa (estudo do contexto histórico, ideológico, estético). O aumento da precisão dos

instrumentos de análise permitia estudos mais agudos e rigorosos; o objetivo último, porém, permanecia a compreensão do sentido das obras (TODOROV, 2009, p. 36).

É nesse cenário de despreparo docente que os livros e os manuais didáticos encontram terreno fértil para se transformar em referência quase exclusiva na tarefa dos professores de apresentar o texto literário aos alunos. Entre as reflexões que orientam este estudo, pretende-se analisar o uso que se faz, especialmente em sala de aula, dos textos literários por meio do suporte livro didático.

A pesquisadora Maria Lajolo, em uma releitura que faz da própria reflexão *O texto não é pretexto* (1982), reconhece a ingenuidade da afirmação de que a presença do texto literário no contexto escolar é superficial. Ao retomar a etimologia das palavras texto, pretexto e contexto, argumenta, em *O texto não é pretexto. Será que não é mesmo?* (LAJOLO, 2009), que a utilização do literário na escola não pode constituir-se uma situação fechada em si mesma, que não leve em consideração “a dimensão ideológica, afetiva, histórica, linguística e discursiva de um texto” (LAJOLO, 1982, p. 107).

À leitura literária defendida com caráter de exclusividade no primeiro artigo, Lajolo contrapõe uma experiência de leitura pautada pela imprevisibilidade da vida social, na reflexão posterior. É inquestionável a validade desse segundo movimento em sua relação com o uso didático do literário, ao acrescentar à experiência leitora na escola a oportunidade de ampliação das situações de leitura. Entretanto, ao se considerar a frequência com que os livros didáticos apresentam o texto literário, especialmente nas primeiras séries do ensino fundamental, como mero suporte para cópia, localização de informações, exercícios de gramática e ortografia, além da difusão de valores formativos e ideológicos, é possível afirmar que o texto literário ainda hoje frequenta regularmente a escola como mero pretexto.

Acrescenta-se a essa situação o fato de que os conhecimentos, habilidades e

atitudes desejáveis para a formação de um bom leitor de literatura, como a análise de gênero, de recursos de expressão, autoria e narração, personagens, pontos de vista, figuras de linguagem, recursos estilísticos e poéticos raras vezes estão presentes nas propostas de interpretação e compreensão dos textos. Ganha importância o conteúdo e não a recriação que a literatura faz dele; perde-se o essencial e valoriza-se a informação e os valores veiculados.

Essa prática é evidente nos exercícios de compreensão propostos, que se limitam, na maioria das vezes, a solicitar informações como o título da história, o nome do autor, o nome do personagem principal e atividades como a localização de palavras, a ordenação dos fatos e a complementação de frases. Além de uma metodologia que não busca estimular a leitura do texto literário, é comum também a presença de questões de opinião - Gostou do texto? O que o texto nos ensina? - com sugestão de resposta “correta” no manual do professor.

Soma-se ainda a isto o fato, não menos grave, do uso indiscriminado de fragmentos descontextualizados do conjunto do texto original, sem integrá-los enquanto unidade de linguagem e de sentido ao aprendizado, privilegiando trechos aleatoriamente selecionados e impedindo ao leitor o acesso à coerência e ao sentido do texto em sua plenitude. Essa distorção desconsidera ciclos sequenciais presentes nos textos e desconfigura a estrutura narrativa. O fato de os textos dessa forma apresentados no suporte livro didático sofrerem alteração em elementos como paragrafação, maiúsculas e minúsculas, vocabulário, título e ilustração comprometem de forma decisiva a literariedade do original, descaracterizando, na maioria das vezes, a sua essência.

É válido apresentar um exemplo de como ocorre essa fragmentação, que normalmente se dá pela seleção de trechos iniciais das narrativas, mas pode também destacar apenas a complicação, tomando um trecho do meio da história. O fragmento em questão, presente em um livro didático do Ensino

Fundamental I, resume-se a dois parágrafos da página 17 do texto *Procurando firme*, de Ruth Rocha (a 3ª edição da obra, de 2009, conta 40 páginas), e é iniciado da seguinte forma: “Mas a princesa estava desapontada! Aquele não era o príncipe que ela estava esperando!”. A história é apresentada sem que nada seja esclarecido sobre as personagens e a situação e, a começar pela conjunção ‘mas’, faz supor antecedentes essenciais para a compreensão do sentido do texto. Este e outros exemplos são recorrentes especialmente nos livros didáticos das séries iniciais. Em muitos desses materiais, talvez como recurso para reduzir a fragmentação inadequada, privilegia-se a simplificação dos textos objeto de análise dos alunos e suprimem-se as narrativas literárias, substituindo-as por anedotas e poemas curtos.

A fragmentação dos textos literários, as alterações realizadas para sua inserção no suporte livro didático e as interferências comuns nas adaptações que se fazem a partir deles é apontada com riqueza de exemplos pela pesquisadora Magda Soares no artigo *A escolarização da literatura infantil e juvenil*. Na exposição da autora está demonstrado o desserviço que a inadequada escolarização da literatura presta à educação literária, “afastando, e não aproximando, o aluno das práticas de leitura literária, desenvolvendo nele resistência ou aversão ao livro e ao ler” (SOARES, 199, p. 47).

Diante dessa prática, continuada e fortalecida em um modelo pedagógico que não oferece formação adequada aos professores - meros reprodutores desse mesmo sistema -, submetida também a interesses econômicos editoriais e enfraquecida ainda por políticas, programas e ações fragmentadas e sem complementaridade de propósitos ou coletivização de responsabilidades, a efetiva apropriação do literário pelos alunos torna-se realidade cada dia mais distante.

É necessário ressaltar, porém, que existem, ainda que em proporção menor, exemplos de manuais didáticos que privilegiam os aspectos literários dos

textos e propõem exercícios de reconhecimento das especificidades da literatura. É o caso da já citada educadora Magda Soares, que tem os quatro volumes da obra didática *Português: uma proposta para o letramento* analisada em detalhes pela pesquisadora Ceciliany Alves Feitosa (2007), em *A literatura na escola: o texto literário no livro didático*, com o reconhecimento de sua propriedade e qualidade na abordagem do texto literário em uma coleção voltada para o ensino da língua portuguesa e da literatura.

Além de considerar o vasto potencial de investigação que o tema descortina, especialmente nas séries iniciais, é interessante também observar algumas referências à recepção das propostas de ensino literário pelos alunos. Considerando-se que a qualidade da iniciação literária no ensino fundamental reflete-se de forma direta no entendimento e interesse pela leitura no ensino médio, o estudo de campo realizado pela pesquisadora Cyana Leahy-Dios em sua tese de doutoramento defendida em 1996, em três escolas de ensino médio no Rio de Janeiro, aponta respostas reveladoras de alguns alunos.

A partir de entrevistas com os estudantes, a autora afirma que “a insatisfação dos alunos apresenta uma combinação de pontos metodológicos, estratégicos e conceituais” (DIOS, 2004, p. 53). No seu entendimento, essa insatisfação resulta em uma rejeição ao texto literário devida não apenas à superficialidade que caracteriza a abordagem dos conteúdos e sua análise, à não problematização e à adoção do cânone desvinculado da realidade dos alunos, mas está alicerçada especialmente na imposição de pontos de vista e na inexistência de diálogo.

O despreparo teórico dos docentes e sua dependência dos manuais didáticos contribuem, assim, de forma objetiva para o que a autora chama “pedagogia do silêncio”, ou seja, uma prática em que o conhecimento literário é apresentado sem diálogo e oportunidade para questionamentos, “sem se arriscar em discussões críticas ou abordagens interativas” (DIOS, 2004, p. 68).

Excluídos os espaços de conversa e de partilha a respeito dos textos literários estudados e das vivências de leitura dos alunos, interdita-se a construção coletiva do conhecimento, mantendo-se a perspectiva de declínio da leitura durante e após o período escolar.

Para além da inadequação de muitas das práticas observadas no ensino de literatura nas instituições formais de educação, é imperioso assinalar que a simplificação do literário não contribui para reduzir a carência de entendimento dos leitores, dentro e fora da escola, ou ampliar sua inserção no universo literário. Ao contrário, sequestra uma possível e efetiva perspectiva de acesso ao literário em sua plenitude ao privá-los da oportunidade de usufruir o valor real das obras, e não pode ser compreendida como estratégia para a promoção e o incentivo à leitura.

A simplificação do literário

A indagação sobre a qualidade da leitura que se promove hoje no país encontra, na recente polêmica provocada pelo lançamento de uma versão ‘mais acessível’ de *O alienista*, de Machado de Assis, uma oportunidade singular para a discussão sobre os usos do texto literário e as práticas de estímulo à leitura fora do contexto escolar. A proposta da escritora Patrícia Engel Secco, autora de mais de 200 publicações infantojuvenis, é ‘facilitar’ a leitura do mais importante autor brasileiro para jovens e adultos já alfabetizados que não têm acesso ao livro, por meio de um projeto de distribuição gratuita de livros financiados com verba pública.

A solução apresentada por Secco para estimular a leitura de Machado de Assis junto a não leitores conjuga o expurgo de palavras consideradas difíceis ou sua substituição por termos mais simples, a transformação de construções sintáticas complexas por outras mais diretas, a eliminação de alusões de duplo sentido e a modificação da pontuação. O eufemismo da simplificação - ou

‘facilitação’, como prefere a autora - resulta em intervenções que descaracterizam exatamente a irreducibilidade do texto em sua literariedade, ou seja, seu estilo, sonoridade, ritmo; enfim, a sua essência tecida em escolhas linguísticas e na articulação da sintaxe.

É imperioso destacar que a adaptação de clássicos literários é prática histórica e bem-vinda, especialmente quando dirigida a crianças e jovens leitores, na oferta de oportunidade para a leitura de obras por demais extensas ou absolutamente descontextualizadas dos parâmetros culturais da atualidade. Homero, Cervantes e o próprio Machado são objetos de iniciativas bem-sucedidas nesse sentido. A ressalva que aqui se faz é a necessidade indiscutível de não se falsear o original.

Analisar algumas das modificações propostas na revisita à novela *O alienista* é fundamental no propósito de pensar criticamente o fato. Em uma primeira leitura do novo texto, as alterações na pontuação avultam sem necessidade de confronto com o original. O procedimento da supressão de sinais como vírgulas, pontos e vírgulas e travessões, ou sua mera substituição por pontos finais, é flagrante. Mais do que eventualmente comprometer a solidariedade sintática e semântica arquitetada pelo autor, esse tipo de modificação interfere diretamente na intenção de expressividade e no caráter melódico, rítmico e de entonação propostos originalmente.

Sobre o vasto elenco de palavras ou expressões que mereceram substituição, antes de atentar para o impacto das alterações no texto e analisar fragmentos específicos, é válido selecionar alguns exemplos. Congregar, atarantado, boticário, estatelar-se, pessoa de consideração, déspota, lastimar, fraude, demanda, sagacidade, estar em erro, eloquência, vestuário, enfermo, gaiato, intuito e outras mais integram a seleção que os ‘tradutores’ de Machado em questão entenderam como índice de dificuldade a ser substituído por sinônimos.

O primeiro questionamento que se faz a esse respeito é em relação ao critério utilizado pela equipe simplificadora da obra para estabelecer o que seria dificuldade. Muitas das palavras e expressões já citadas são comuns e de entendimento presumível pelo faxineiro, pelo electricista, pela dona de casa e por outros não leitores citados em entrevistas à imprensa por Patrícia Secco como destinatários da adaptação.

Notas explicativas sobre a sinonímia dos termos ou a elaboração de um glossário seriam uma solução eficaz para a familiarização com os termos da escrita machadiana e contribuiriam, ainda, para enriquecer o vocabulário dos leitores. Neste aspecto, é válido observar que a adaptação traz 11 notas de rodapé, mas deixa sem qualquer referência citações bíblicas, expressões em latim, menções literárias e dados históricos presentes na obra.

Torna-se necessário assinalar que a escolha de uma palavra ou expressão na elaboração de um texto literário não se dá apenas pelo significado - em várias circunstâncias, inclusive, essa escolha pode pretender certa pluralidade de sentidos -, mas também pelo ritmo e pela sonoridade que cada palavra imprime à narrativa. Além disso, cabe observar que o estilo e a intencionalidade do autor são mutilados com a modificação.

Ainda em relação às escolhas dos tradutores na substituição de vocábulos, em muitos trechos a simplificação tem como consequência equívocos que comprometem o sentido do enunciado. Breves exemplos evidenciam o questionável cuidado da equipe responsável pelo trabalho, como na substituição de verossímil por aceitável, privado por favorito, penetração por compenetração, conjecturar por admitir e inúmeros outros. Em muitas dessas circunstâncias, o que se observa é a mera troca por um sinônimo sem a necessária pesquisa e critérios quanto ao significado da palavra no contexto em que foi originalmente empregada.

A título de ilustração sobre este aspecto, algumas das edições do original

trazem, ao final, uma nota do autor em que, ao comentar a observação de um leitor, enviada por carta anônima, sobre a escolha de determinado vocábulo, ele pontua a questão da eufonia e do desuso para, depois, justificar-se: “não o vou buscar [o vocábulo] para dar ao estilo um verniz de estranheza, mas quando a ideia o traz consigo”.

A simplificação de Secco, além de eliminar orações e trechos do original, também resulta erros grosseiros na substituição de palavras e na reorganização das orações, como na inversão da intenção da personagem Bacamarte de que a esposa eliminasse a carne de porco da dieta. Ao trecho original “a ilustre dama, nutrida exclusivamente com a bela carne de porco de Itaguaí, não atendeu às admoestações do esposo; e à sua resistência, - explicável, mas inqualificável, - devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes” (MACHADO, 2014, p. 20), a adaptação propõe: “a ilustre dama, que deveria se alimentar exclusivamente com a carne de porco de Itaguaí, não atendeu aos conselhos do esposo. E, à sua teimosia [...]” (SECCO, 2014, p. 6).

Mais que inadequação, as escolhas da equipe de ‘tradutores’ introduzem na nova versão da novela machadiana interpretações para além da intenção do autor. Em certo trecho da obra, por exemplo, a expressão ‘volúpia científica’ é substituída por curiosidade científica, o que explicita de forma solar uma deturpação do sentido do texto, dada a conotação da palavra original e o sentido de satisfação e paixão que a personagem Simão Bacamarte tem pela ciência.

Ainda em relação à ciência, na adaptação lê-se “A índole natural da ciência é a aceitação”, em que aceitação substitui longanimidade. O que ocorre, neste caso específico, é propor o sentido contrário do que o autor quis dizer, sugerindo relações com a religião. A alteração faz supor, inclusive, que o critério adotado para a escolha do termo substituto leva em consideração apenas um entendimento imediato do vocábulo e não uma pesquisa cuidadosa

em verbetes de dicionários que privilegie o sentido.

Soma-se a esse elenco de enganos e inexatidões o fato, não menos grave, de que a revisão da versão ‘mais acessível’ de *O alienista* não revela o rigor desejável em produções editoriais. O descuido é facilmente observável em erros grosseiros de acentuação, pontuação, plurais e artigos, além da supressão e uso indevido de pronomes.

Na linguagem de Machado de Assis estão imbricadas marcas de ironia - de estilo e de conteúdo - constituintes da carpintaria de sua obra, além do feito, reconhecido por estudiosos do escritor, de aproximação com a linguagem coloquial da época. E não é irrelevante lembrar a descendência do mulato Machado, sua formação restrita ao curso primário e o esforço que permitiu a ele muito cedo ler os clássicos e aprender sozinho o francês.

Para além dos exemplos de descontextualização da obra, falsificação e mutilação do texto machadiano perpetrados pela iniciativa da ‘tradução’ em questão, o objetivo de estimular a leitura e aproximar os não leitores de um clássico como Machado de Assis esbarram em questões de caráter ideológico. O prejuízo que o ‘novo’ *O alienista* traz na recriação proposta talvez seja ainda maior na subtração da oportunidade de acesso à genialidade do autor e no desafio que a sua obra estabelece.

A literatura nos pega ao pôr em contato o que somos com o que não somos - tempos, experiências individuais e coletivas, linguagens e valores que se tornam nossos sem serem nossos. É preciso passar pela diferença a que o texto nos submete (WISNIK, 2014).

O argumento do professor e doutor em Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo José Miguel Wisnik em relação à proposta, além de apontar para a importância singular da oportunidade de ultrapassar barreiras históricas em direção também à construção de referências de alteridade, confronta-nos ainda com uma das acepções mais decisivas do texto literário,

que é a do desafio presente na arquitetura do discurso. Superar limites no enfrentamento desse e de outros desafios implícitos em um texto literário revela-se renovada oportunidade de construção de entendimento e maturidade reflexiva e crítica.

Inúmeros estudiosos de Machado, escritores e professores de literatura manifestaram repúdio à referida iniciativa de ‘descomplicar’ o texto machadiano. O escritor Luiz Ruffato está entre os que assinalam o desserviço da proposta no sentido de aproximar os não leitores dos clássicos literários.

Ao invés de darmos chances iguais a todos os cidadãos, por meio de uma educação pública de qualidade, para construir uma sociedade menos injusta, estaremos ajudando a erguer ainda mais alto o muro já existente de exclusão social (RUFFATO, 2014).

Para a escritora Ana Maria Machado, melhor seria “esperar um pouco até que o próprio aluno passe a limpo a si próprio, e possa adquirir robustez linguística para chegar perto [da obra de Machado de Assis]”. O argumento pode articular-se à defesa da não mutilação do texto literário explícita na primeira parte deste ensaio, quando se sugere, ao contrário da descomplicação falsificada, a oferta de instrumentos de compreensão e interpretação para estimular o interesse e uma efetiva iniciação literária.

Em resposta pública à simplificação em questão, o professor de Literatura Brasileira da USP Alcides Villaça evoca a posição política que caracteriza a literatura de Machado como traço essencial para a compreensão da sua obra.

Machado de Assis não é para ser gostado como sorvete de limão ou chocolate. Machado é um problema para qualquer criatura inteligente, relativiza valores [...] piscou o olho para nós porque sabia muito, e também não sabia o que fazer com suas melhores intenções, e sua secreta poesia, e seu inconfessável sentimento do trágico. E ele nos provou que tudo isso só passa a existir com o aparelhamento certo de uma linguagem, de uma fala absolutamente pessoal, com um sujeito já dentro (VILLAÇA, 2014).

A grandeza de Machado de Assis não está nos enredos, mas em um discurso

literário irreduzível, que se empobrece e se falsifica em qualquer intervenção irrefletida. Por isso, é compreensível a virulenta resposta de parte expressiva da comunidade de estudiosos literários à proposta da ‘simplificação’ do texto de Machado.

Entretanto, a justificada crítica ao projeto merece ser acompanhada também do questionamento das políticas públicas e de critérios suspeitos na distribuição de verbas para a adequada formação de leitores. Simão Bacamarte haveria de ter muitos mais hóspedes na Casa Verde em suas investigações primeiras sobre a loucura se lhe fosse dada a prerrogativa póstuma de confrontar Patrícia Secco e a *intelligentsia* que hoje determina os rumos da educação literária no Brasil. Não pode mais reagir e, por fim, morreria só.

Aos interessados na defesa de uma educação literária que de fato privilegie o acesso e a difusão da leitura no Brasil cabe, ainda, reação. Para além do discurso questionador muita vez inócuo, cumpre a promoção de um debate que ultrapasse as fronteiras da academia e possa resultar em medidas efetivas para a capacitação de professores, a avaliação criteriosa na adoção de materiais didáticos e a recusa de propostas equivocadas para o estímulo à leitura.

Referências

ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014.

ASSIS, Machado de. *O alienista*. Adaptação de Patrícia Engel Secco (Texto facilitado para incentivo à leitura). 2014. Disponível em: <<http://www.reciclick.com.br/2014/03/projeto-livro-e-leitura-para-todos-o-alienista/>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

DIOS, Cyana Leahy. *Educação literária como metáfora social: desvios e rumos*.

São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FAILLA, Zoara (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 3*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.

FEITOSA, Cecilyany Alves. *A literatura na escola: o texto literário no livro didático*. 2007, 140f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de São Pulo, São Paulo.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto: será que não é mesmo? In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Org.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009. p. 17-40.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 51-62.

RUFFATO, Luiz. A esquerda não sonha mais? *El País*, 19 maio 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/19/opinion/1400497600_193285.html>. Acesso em: 30 maio 2014.

SILVA, José Maria e. Discípula de Paulo Freire assassina Machado de Assis. *Revista Bula*, 26 maio 2014. Disponível em: <<http://www.revistabula.com/2649-discipula-de-paulo-freire-assassina-machado-de-assis/>>. Acesso em: 30 maio 2014.

SILVA, José Maria e. Ministério da Cultura confunde ciência com religião ao falsificar Machado de Assis. *Revista Bula*, 31 maio 2014. Disponível em: <<http://www.revistabula.com/2689-ministerio-da-cultura-confunde-ciencia-com-religiao-ao-falsificar-machado-de-assis/>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy, BRINA, Heliana, MACHADO, Maria Zélia (Org.). *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

VILLAÇA, Alcides. *Machado de Assis mais "simplesinho"?* Facebook, 4 maio 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/alcides.villaca/posts/611246438955568>>. Acesso em: 30 maio 2014.

WISNIK, José Miguel. Machado copidescado. *O Globo*. 15 maio 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/machado-copidescado-12513915>>. Acesso em: 30 maio 2014.

Recebido em: 28 de julho de 2014.
Aprovado em: 19 de dezembro de 2014.